

# AS VOZES VERBAIS SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA REGÊNCIA E LIGAÇÃO: UMA ANÁLISE DE MANUAIS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Márcia Martins da Silva (PUCRS)<sup>1</sup>

## 0 INTRODUÇÃO

A prática de sala de aula traz-nos, algumas vezes, dúvidas a que a Gramática Tradicional (doravante GT) nem sempre responde. Professores e alunos encontram um emaranhado de conceitos e de exemplos que mais os confundem do que os auxiliam, porque parece não haver em nossas gramáticas escolares uma teoria linguística que embase as informações fornecidas. Quando um aluno pergunta por que uma sentença como “Eu sei a resposta certa” está na voz ativa se o verbo “saber” não indica ação, o que responder a ele? A GT não dará suporte para uma resposta eficiente, já que conceitua voz ativa como aquela em que o sujeito pratica a ação. Foram situações como essa que me levaram, durante o mestrado, a pesquisar sobre as vozes verbais. A presente comunicação, portanto, traz um recorte da análise que fiz e as conclusões a que cheguei.

Ao organizar o projeto de pesquisa, optei pela Teoria da Regência e Ligação (GB<sup>2</sup>), proposta por Chomsky (1981), porque encontrei nela os subsídios para a análise de conceitos e exemplos trazidos por quatro gramáticas do Português Brasileiro (doravante PB) utilizadas em nossas escolas por alunos e professores de Ensino Fundamental e Médio e a associei ao estudo de KEMMER (1993) sobre voz média. Não se trata, no entanto, da defesa de adoção, para o ensino da língua materna, de uma teoria linguística em especial, mas do reconhecimento do quanto ela pode contribuir com essa tarefa. Mais do que isso, pretendi mostrar, por meio dessa análise, a necessidade de que uma teoria, seja ela qual for, embase os estudos de nossos gramáticos.

Como o tempo para a pesquisa no mestrado é pequeno (dois anos), restringi-me a apenas quatro manuais de ensino da Língua Portuguesa, escolhidos aleatoriamente entre aqueles que normalmente aparecem nas indicações das listas de material escolar. São eles a Novíssima Gramática de Língua Portuguesa, de Domingos Paschoal Cegalla (1998); Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Celso Cunha (2001); Português série Brasil, de Faraco e Moura (2004); e Português – Língua e Literatura, de Maria Luiza Abaurre, Marcela Nogueira Pontara e Tatiana Fadel (2000).

## 1. A ANÁLISE

### 1.1. A Validade dos Conceitos

Em Português - Língua e Literatura, de Abaurre, Pontara e Fadel, doravante identificado como Manual Um (M1), as vozes verbais estão inseridas em um capítulo cujo título é *Sintagma Verbal*, embora não haja qualquer definição da expressão *sintagma verbal*. Nos demais manuais analisados, Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, de Domingos Paschoal Cegalla (doravante M2); Português – série Brasil, de Faraco e Moura (doravante M3); e Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Cunha e Cintra (doravante M4), as vozes verbais aparecem no capítulo sobre Morfologia, e o conceito de agente da passiva é aprofundado em Sintaxe.

#### 1.1.1. Voz Ativa

Em M1, define-se voz ativa como aquela em que *o processo verbal é visto como ação, atividade ou estado que, no enunciado linguístico, origina-se no sujeito sintático*. Esse conceito traz um problema, uma vez que caracteriza a voz ativa também como estado, o que é incoerente, porque ação e estado não são sinônimos. Buscando as informações da GB, relembremos que a voz ativa pressupõe um verbo de ação, com agente e paciente definidos. É o caso, por exemplo, da frase em (01):

(01) João escreveu o texto.

Em (01), o verbo *escrever* projeta dois argumentos, um externo e um interno, os quais exercem, respectivamente, os papéis- $\theta$  de agente e de paciente. A representação de seus argumentos e papéis- $\theta$  é apresentada em (02):

(02) *escrever*, V+ NP [\_\_\_NP]  
(Ag, P)

<sup>1</sup> Bolsista Pró-bolsa PUCRS. Doutoranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

<sup>2</sup> Do inglês *Government and Binding Theory*.

Se, como definido por M1, a voz ativa também indica estado, uma sentença como (03) seria um exemplo para esse caso.

(03) João está doente.

Utilizando a Teoria- $\theta$  e o Princípio da Projeção para analisar o verbo *estar* em (03), perceberemos a inconsistência do conceito apresentado pelo manual em apreciação. O verbo *estar* é cópula, o que, por si só, já inviabilizaria a voz ativa, e não projeta um argumento interno, um NP<sup>3</sup>, mas um AP, ou seja, um sintagma adjetival. O AP jamais será, portanto, paciente, e o NP sujeito tampouco será agente. Como dizer, então, que a voz ativa indica estado?

M2, M3 e M4 caracterizam a voz ativa como aquela em que *o sujeito é agente, isto é, faz a ação expressa pelo verbo*, o que é coerente com o que indica a GB. Se o sujeito é o agente, o verbo será agentivo, portanto, e o seu NP complemento será paciente. Ou seja, essa definição não viola nem o Critério- $\theta$  nem o Princípio da Projeção, mantendo-se em sintonia com os princípios que regem a UG<sup>4</sup>.

### 1.1.2. Voz Passiva, Agente da Passiva, Verbos Auxiliares e Locução Verbal

M1 define a voz passiva como aquela em que

o sujeito é paciente do processo expresso pelo verbo. (...) pode ocorrer com alguns verbos, apenas (os transitivos diretos, que sintaticamente tomam por complemento objetos diretos), e pode ser analítica (expressa através de uma locução verbal formada pelo verbo **ser** + **particípio passado** do verbo principal) ou pronominal (formada pelo acréscimo do pronome pessoal **se**, na função de **partícula apassivadora**, a uma forma verbal de terceira pessoa). (p. 138)

Observemos que essa definição se torna incoerente em relação à de ativa apresentada pelo mesmo manual, uma vez que, para que haja passiva, a ativa é necessária. O problema reside no fato de que, se o sujeito da passiva é paciente, implica, na ativa, um verbo agentivo, como *escrever*, em (01), segundo descrição apresentada em 1.1.1, descartando, portanto, a possibilidade de a voz ativa indicar estado. E esse preceito é também negado quando o manual diz que apenas verbos transitivos diretos geram passiva, o que, de certa forma, coincide com a indicação da GB de que um NP sujeito e um NP objeto são necessários para gerar a passiva. Reforçamos, portanto, a incoerência do conceito de voz ativa apresentado por M1, e, no caso do de passiva, o aceitamos em parte. Por quê?

Dissemos, no parágrafo anterior, que a afirmação sobre o fato de apenas os verbos transitivos diretos gerarem passiva coincidia em parte com o que apresenta a GB. Isso se justifica porque não há em M1 referência à exigência de que o VTD<sup>5</sup> seja de ação. Assim, difícil será explicar aos alunos por que não é possível fazer a voz passiva de verbos como *ter*, em (04).

- (04) a. Maria tem um belo vestido vermelho.  
b. \* Um belo vestido vermelho é tido por Maria.

Seguindo apenas a explicação de M1, poderíamos considerar (04b) gramatical, uma vez que o verbo é transitivo direto. Teríamos de entender, então, que o NP “um belo vestido” é sujeito paciente e que o PP “por Maria” é o agente da passiva do verbo *ter*. Se analisarmos (04a) através da óptica da GB, poderemos explicar facilmente a agramaticalidade de (04b).

De acordo com o Critério- $\theta$ , em (04a), o NP “Maria” é experienciador, e não agente, o que descaracteriza *ter* como um verbo agentivo e inviabiliza, portanto, a transformação em (04b). Daí se conclui que a informação de M1 sobre os verbos geradores de passiva está incompleta, o que levará, fatalmente, os alunos – e professores menos experientes – a uma compreensão falsa do que seja a voz passiva. Qualquer frase com auxiliar *ser* mais particípio será considerada voz passiva, e qualquer PP com a preposição *por*, agente da passiva.

Curiosamente, M2 e M4, referência em manuais de Língua Portuguesa no Brasil, comentem o mesmo equívoco na indicação dos verbos que podem ser apassivados. M2 ensina que *só verbos transitivos podem ser usados na voz passiva*. Assim, poderemos considerar que também os transitivos indiretos geram passiva, e uma sentença como (05b) será considerada gramatical.

(05) a. A torcida colorada assistiu ao Grenal<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Conforme as siglas do inglês.

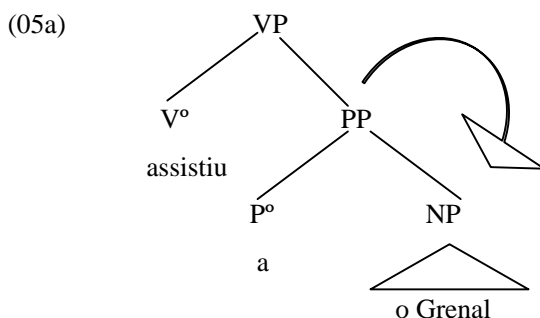
<sup>4</sup> Do inglês, Universal Grammar.

<sup>5</sup> Verbo transitivo direto

<sup>6</sup>Embora haja um movimento, na oralidade, para a supressão da preposição de verbos como *assistir*, optamos por utilizá-lo porque a GT o classifica, na acepção de *ver*, como VTI. E com essa regência ele será cobrado de alunos e daqueles que enfrentam concursos para cargos públicos e/ou privados.

b. \*O Grenal foi assistido pela torcida colorada.

Embora seja muito empregada na linguagem coloquial, e mesmo na jornalística, a estrutura de (05b) não é gramatical, pois transforma o PP objeto indireto “ao Grenal” em NP, o que não é possível segundo a GB. Quem rege o NP “o Grenal” é a preposição “a”, que não pode, portanto, ser eliminada. A representação do VP de (05a) na árvore demonstra claramente essa regência.



Além disso, se levarmos em conta a Teoria do Caso, veremos que os PPs regem Caso Oblíquo, e não Acusativo, que é o regido pelos verbos transitivos diretos. Do ponto de vista da Teoria- $\theta$ , “ao Grenal” exerce o papel- $\theta$  de alvo, e não de paciente do verbo *assistir*. Assim, mais uma vez a GB nos demonstra porque a informação dada por M2 é incompleta.

Já M4 explica a transformação de uma oração ativa em passiva, afirmando que,

quando uma oração contém um verbo com objeto direto, ela pode assumir a forma passiva, mediante as seguintes transformações: o objeto direto passa a ser sujeito da passiva; o verbo passa à forma passiva analítica do mesmo tempo e modo; o sujeito converte-se em agente da passiva. (p. 156-7)

Aqui, apesar de haver a informação de que o verbo precisa de objeto direto, novamente não há a indicação de que deva ser agente<sup>7</sup>. Em 1.2, veremos como a inadequação de tais conceitos se refletirá nas sentenças dadas como voz ativa e/ou passiva. A análise que desenvolvemos indicará que tais exemplos mais confundirão alunos e professores do que elucidarão as dúvidas geradas pelas definições.

No que se refere à classificação dos tipos de passiva, encontraremos também inconsistências nas informações apresentadas pelos manuais em exame. Observemos o que nos diz M1:

(...) e pode ser analítica (expressa através de uma locução verbal formada pelo verbo **ser** + **particípio passado** do verbo principal) ou pronominal (formada pelo acréscimo do pronome pessoal **se**, na função de **partícula apassivadora**, a uma forma verbal de terceira pessoa). (p. 138)

Quanto à passiva analítica, embora o conceito seja reduzido, não há problemas maiores; já, em relação à pronominal, a explicação é incompleta. Quando M1 informa que a passiva pronominal é formada pelo acréscimo de pronome pessoal *se* a uma forma verbal de terceira pessoa, omite, mais uma vez, as condições para que isso aconteça, ou seja, de que tipo deve ser essa *forma verbal* – se um VTD ou um VTI<sup>8</sup>, por exemplo. Como vimos anteriormente, essa informação é essencial para a compreensão do funcionamento da voz passiva.

Os demais manuais explicam quase da mesma forma de M1 a classificação da voz passiva. M2, porém, ao se referir à passiva pronominal, ensina que ela se forma *com o pronome apassivador se associado a um verbo ativo da 3ª pessoa*. Ou seja, faz referência ao fato de que o verbo tem de ser de ação. Isso, no entanto, não tornará o conceito mais esclarecedor porque ainda faltam dados para a compreensão adequada de como funciona essa passiva.

M3 indica que a voz passiva sintética<sup>9</sup> é *a com pronome apassivador e verbos transitivos diretos*, embora não defina, nem cite o *pronome apassivador* – *se* – e acrescenta que a *terceira pessoa verbal, singular ou plural*, deverá estar *em concordância com o sujeito*. No entanto, tanto em M3 quanto em M4, não há informação alguma sobre o tipo de VTD a ser utilizado.

Essas definições de passiva pronominal poderiam levar-nos a considerar (06) uma passiva pronominal.

<sup>7</sup> Obviamente, nossa afirmação pode ser contestada por alguns estudiosos, alegando que os professores sabem que apenas os VTD geram passiva e que, portanto, não cometeriam tal engano. A isso responderemos dizendo que apenas os mais experientes e bem intencionados sabem disso – e poucos, que os VTD precisam ser de ação – e preocupam-se em estudar os conceitos apresentados pelos manuais escolares antes de transmiti-los a seus alunos.

<sup>8</sup> Verbo transitivo indireto

<sup>9</sup> O manual utiliza-se desta nomenclatura.

(06) Passam-se os tempos.

Baseando-nos em M1, M2 e M4, verificaremos que a sentença apresenta uma forma verbal de terceira pessoa que concorda com o sujeito, um verbo ativo, segundo classificação da GT, e o pronome *se*. Como, nesses manuais, não se disse que o verbo teria de ser VTD, aceitam-se as demais condições como características de passiva pronominal. A análise a seguir mostrará que esse não é um caso de passiva, mas de voz média.

O verbo *passar* indica ação (na classificação da GT), mas não é transitivo direto e não apresenta, segundo a Teoria- $\theta$ , um NP sujeito agente e um NP objeto paciente, condições básicas para a formação das passivas. Antes disso, *passar* é um VI<sup>10</sup>; projeta apenas um argumento externo, o que inviabiliza a classificação de (06) como passiva pronominal. Em (07), temos a estrutura argumental desse verbo.

(07) *passar*, V + NP [\_\_\_\_]

Para caracterizar essa sentença como voz média, nos valem da *subject affectedness*<sup>11</sup>, ou seja, do fato de que a ação ou estado afeta o sujeito do verbo ou seus interesses (Lyons, 1969)<sup>12</sup>. *Passar* pode ser incluído em uma das categorias descritas por KEMMER (1993) como *situation types*<sup>13</sup>, a dos verbos que denotam eventos espontâneos, na qual estão *crescer*, *germinar*, *brotar*. Assim, em (06), o NP sujeito não pratica nem sofre a ação, mas é afetado por ela, e o pronome *se* é apenas um expletivo, o que caracteriza um caso de voz média.

Já, em relação à passiva analítica, dissemos que não havia problemas maiores porque os manuais seguem a explicação padrão de verbo *ser* + *particípio passado* do verbo principal, embora nem sempre o auxiliar seja o *ser*. Entretanto, se formos buscar informações sobre verbos auxiliares e locuções verbais, poderemos encontrar algumas inconsistências nesses conceitos, especialmente nos exemplos apresentados para locuções verbais.

Em M1, por exemplo, encontramos a definição de que auxiliares

*são aqueles utilizados juntamente com outros verbos para a formação dos tempos compostos e das locuções verbais. Os mais freqüentes são ter, haver, ser, estar. Funcionam também como auxiliares, em construções perifrásticas, verbos como ir, vir, andar, poder, querer, precisar, mandar, etc.*

Não há, na seqüência do capítulo, qualquer explicação sobre o que são, por exemplo, *construções perifrásticas*.

Essas construções, as perifrásticas, são a combinação de um verbo auxiliar e de um principal – em uma de suas formas nominais – que pode ser substituída por uma forma simples. É o caso, por exemplo, de *estou escrevendo*, em que *estar* é o verbo auxiliar e carrega as desinências modo-temporal e número-pessoal, e *escrever* é o verbo principal em sua forma nominal – gerúndio –, fornecendo a significação verbal. Essa combinação pode ser substituída pela forma simples *escrevo* sem que isso provoque alteração de significado.

Pois bem, quando M1 caracteriza como auxiliares em construções perifrásticas verbos como *precisar* entra em contradição com a definição de *construção perifrástica* porque esse verbo não é auxiliar. Como define Haegeman (2004), auxiliares são verbos que não projetam argumentos internos, como *estar*, por exemplo, mas esse não é o caso de *precisar*. Em *precisamos vencer* (exemplo apresentado por M1), não é possível substituir a construção por uma forma simples, e isso acontece porque o verbo *precisar* não é auxiliar, como podemos observar através de sua estrutura argumental em (08).

(08) *precisar*, V + NP [\_\_\_\_ + IP]

A estrutura argumental em (08) representa o emprego do verbo na frase *precisamos vencer*, em que a oração infinitiva *vencer* é o argumento interno de *precisar*. Na GT, classificaríamos a reduzida de infinitiva como uma oração subordinada substantiva objetiva indireta, o que reforça a ideia de que o exemplo dado por M1 não é uma locução verbal.<sup>14</sup>

Em M2, encontraremos a definição de que *os verbos auxiliares juntam-se a uma forma nominal de outro verbo para constituir a voz passiva, os tempos compostos e as locuções verbais*, estas que diz serem também chamadas de *conjugação perifrástica*. Dentre os exemplos apresentados, está *Sandra veio correndo: o namorado acabara de chegar*,

<sup>10</sup> Verbo intransitivo

<sup>11</sup> Afetabilidade do sujeito.

<sup>12</sup> *Apud* KEMMER (1993)

<sup>13</sup> Tipos de situações.

<sup>14</sup> Sobre essas construções, poderiam os autores dos manuais ter consultado Mattoso Câmara Jr., tão difundido entre os seguidores da GT, no seu Dicionário de Linguística e Gramática (1986): *É má técnica de descrição gramatical considerar formas perifrásticas a combinação de dois verbos numa única oração em que ambos guardam a sua significação verbal e a significação total é uma das duas significações (ex.: quero sair – vamos conversando até a casa – já tenho uma carta escrita, etc.) e não houve a gramaticalização do primeiro verbo.* (p. 80-1)

em que *veio correndo* é considerada uma locução verbal. É o mesmo equívoco que comete M1 com *precisamos vencer*, porque não podemos substituir *veio correndo* por uma forma simples sem que haja mudança de significado.

(09) Sandra correu: o namorado acabara de chegar.

Observamos que a oração *Sandra correu* não mantém o significado original, porque Sandra pode ter fugido do namorado, corrido para ele, ou ainda corrido para esconder o amante. Isso acontece porque, nesse caso, *vir* não é verbo auxiliar, mas um VI que projeta um argumento externo, não podendo, portanto, ser eliminado da sentença. O verbo *correr*, em sua forma nominal, está indicando o modo como Sandra veio. Se houvesse na NGB<sup>15</sup> a classificação de oração subordinada adverbial de modo, este seria o caso de *correndo* no exemplo dado por M2.

M4, nas observações que agrega à transformação da oração ativa em passiva, apresenta também como verbos auxiliares que podem formar passiva *ir* e *vir*<sup>16</sup>. Se tomarmos um dos exemplos apresentados pelo manual – *os pais vinham acompanhados dos filhos* –, concordaremos que é um caso de passiva e que a ativa correspondente seria *os filhos acompanhavam os pais*. No entanto, se o aluno, a partir dos conceitos dados, tiver de analisar uma frase como *os pais vinham cansados*, poderá considerá-la passiva porque acredita que ela tem um verbo auxiliar – *vir* – e o particípio do verbo principal – *cansados* –, o que não se verifica nesse caso.

Seguindo a GB, veremos que *vir* é o verbo principal e que *cansados* é um sintagma adjetival, como representado abaixo.

(10) [IP [NP os pais][I' +T+Agr [VP[V vinham [AP cansados]]]]]

Na GT, *vinham cansados* caracteriza um caso de predicado verbo-nominal, como *chegaram atrasados*, por exemplo. As duas orações têm a mesma representação de VP, que apresenta dois núcleos, um VI e um AP. A GT costuma separar o VP em duas orações – uma com predicado verbal e outra com predicado nominal – para que se perceba a importância dos dois núcleos. Assim, *os pais vinham cansados* seria separada em *os pais vinham* e em *os pais estavam cansados*; e *chegaram atrasados*, em *chegaram* e em *estavam atrasados*.

Ainda em relação à passiva analítica, M4, ao caracterizar os verbos *ser*, *estar* e *ficar* como auxiliares, classifica-a em três tipos: *voz passiva de ação*, *voz passiva de estado* e *voz passiva denotadora de mudança de estado*. A de ação – *exercícios foram feitos por mim* – seria a correspondente à transformação de uma estrutura ativa; a de estado e a de mudança de estado não teriam correspondentes na ativa – *estou arrependido do que fiz e ficou molhado*<sup>17</sup>. No entanto, percebemos claramente que os últimos dois casos pertencem à voz média, uma vez que o sujeito das orações é afetado, respectivamente, pela ação de *arrepender-se* e pelo estado de *molhado*.

Quanto ao conceito de agente da passiva, os quatro manuais concordam que é o *ser que pratica a ação na voz passiva*, o que, em M1, se tornará incoerente em relação à afirmação que faz sobre o fato de a voz ativa também indicar estado. Ora, como haverá um agente da passiva se a ativa indica estado? Demonstramos em (10) que isso não é possível. A inadequação das definições anteriores dadas por M1 trará problemas nos exemplos de agente da passiva, como em (11):

(11) *Ela é uma pessoa muito querida de (por) todos os colegas.*

*De (por) todos os colegas* é considerado o agente da passiva dessa sentença. No entanto, há um problema nessa classificação: o verbo principal é uma cópula, o que inviabiliza a voz passiva, uma vez que não é de ação, nem tem argumentos externo e interno agente e paciente. Se não temos voz passiva, não teremos agente da passiva.

Se, porém, tentássemos admitir a possibilidade de essa ser uma passiva, já que assim a apresenta o manual, não conseguiríamos levar adiante tal intento, porque contraria as teorias da GB discutidas neste trabalho. Em (12), apresentamos o que seria a voz ativa – se houvesse – de (11). Para tanto, consideraremos o verbo *ser* como auxiliar, dispensando-o, portanto, na voz ativa.

(12) \* Todos os colegas a querem uma pessoa muito.

Notamos, em (12), a violação do Critério- $\theta$  porque há dois argumentos internos ocupando a mesma posição. Além disso, o verbo *querer*, na acepção com que foi empregado, é VTI, ou seja, exigiria um PP como seu complemento, e não um NP. Ora, como já afirmamos nos itens analisados anteriormente, apenas verbos agentivos geram passiva

<sup>15</sup> Nomenclatura Gramatical Brasileira

<sup>16</sup> Quando define verbos auxiliares, M4 explica, em nota de rodapé, que não há uniformidade de critério linguístico para a determinação dos limites da auxiliaridade e sugere leitura de alguns teóricos da Gerativa, como Raposo, por exemplo, mas esse é o único momento em que reconhece a existência de uma teoria linguística.

<sup>17</sup> Utilizamos os verbos deste período no futuro do pretérito porque supomos que essa seja a explicação a ser dada para tais tipos de vozes.

porque subcategorizam NPs nas posições de agente e de paciente. Assim, duas fortes evidências, oriundas da GB, indicam-nos não ser essa uma passiva: a cópula como verbo principal, e não como auxiliar, e a violação do Critério- $\theta$ .

Como classificariamos, então, o PP *por todos os colegas*? É apenas uma *by-phrase*, ou seja, um sintagma que tem como núcleo a preposição *por*, sendo sua estrutura representada em (13):

(13) [PP<sub>[p]</sub> por<sub>[NP]</sub> todos os colegas]]

Não houve, portanto, movimento de passiva em (11), como poderia ser deduzido a partir da conceituação dada por M1. O período apresentado é apenas um caso de predicção. Observemos a representação da D-S de (11) em (14):

(14) [IP<sub>[NP]</sub> ela]<sub>[I'</sub> +T+Agr<sub>[VP]</sub> [V<sub>[NP]</sub> uma pessoa muito querida]<sub>[PP<sub>[p]</sub> por<sub>[NP]</sub> todos os colegas]]]]]]</sub>

Em uma análise da GT, essa *by-phrase* é, na verdade, um complemento nominal do adjetivo *querida*, e não um agente da passiva.

Em M2, são apresentados alguns exemplos que não envolvem verbos de ação, como *estimar* e *conhecer*. Em KEMMER (1993), encontraremos as categorias em que esses verbos podem ser incluídos, quais sejam a dos verbos de emoção – *emotion verbs* – e a dos verbos de conhecimento – *cognition verbs*. Esses verbos pertencem ao domínio do que a autora chama de eventos mentais – *mental events* –, que pressupõem dois participantes, mas não um agente e um paciente. Em (15), temos duas das sentenças dadas como exemplo para agente da passiva.

(15) a. *Alfredo é estimado pelos colegas.*  
b. *Era conhecida de todo mundo a fama de suas riquezas.*

Partindo do Critério- $\theta$ , podemos observar em (15a) que o NP sujeito é experienciador, e não paciente. Em (15b), o NP *a fama de suas riquezas* é tema, e não paciente. Assim, tais sentenças não são passivas, e as *by-phrases* que trazem não são agentes da passiva. Temos, mais uma vez, um caso de voz média, e os PPs de (15a) e de (15b) são outros participantes dos *mental events*.

Também M4 apresenta alguns exemplos com *emotion verbs*, como é o caso de *ele dela é ignorado* e *Mariana era apreciada por todos quantos iam a nossa casa, homens e senhoras*, em que *dela* e *por todos quantos iam a nossa casa* são considerados agentes da passiva. Em ambas as orações, o NP sujeito é experienciador, e não paciente.

Como ficam alunos e professores que vão buscar tais manuais para elucidar suas dúvidas? Podemos supor que esses problemas geradores de dúvidas maiores provocarão ruído na troca de conhecimentos entre uns e outros.

### 1.1.3. Voz Reflexiva e Voz Média

No que se refere à voz reflexiva, M1, M2 e M3 definem-na como a em que *o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente do processo expresso pelo verbo*. M2 acrescenta a esse conceito o de uma variante

*que denota reciprocidade, ação mútua ou correspondida, cujos verbos, por alguns chamados recíprocos, usam-se, geralmente, no plural e podem ser reforçados pelas expressões ‘um ao outro’, ‘reciprocamente’, mutuamente.*

Os exemplos apresentados por esses três manuais misturam voz reflexiva e voz média, sem que haja referência a esta última. Em M4, há a informação de que *se exprime a VOZ REFLEXIVA juntando-se às formas verbais da voz ativa os pronomes oblíquos me, te, nos, vos e se (singular e plural)*. Nenhuma definição mais foi acrescentada, apenas exemplos, todos com o mesmo verbo, com cada um dos pronomes oblíquos citados. Esse conceito se mostra incompleto porque, como já vimos na passiva pronominal, não basta apenas se juntar um pronome oblíquo a um verbo ativo para que se tenha voz reflexiva. Se assim fosse, a sentença em (16) poderia ser considerada reflexiva:

(16) *Vai-se a primeira pomba despertada*<sup>18</sup>

O verbo de (16) é ativo e acrescentou-se a ele o pronome oblíquo *se*, mas esse não é um caso de voz reflexiva porque o pronome, aí, é apenas um expletivo. Se o eliminarmos, a oração manterá o mesmo significado, e, além disso, *ir* é VI, projetando apenas argumento externo, o que impede a classificação de (16) como voz reflexiva.

Em M2 e M4, quem quiser ter um conceito de reflexiva mais detalhado poderá valer-se do capítulo que trata do emprego de *se*, em que os autores explicam a sua utilização como reflexivo. Isso não garante, no entanto, a eficiência da explicação, pois, como já dissemos, os exemplos misturam voz reflexiva e voz média. Já, em M1, não encontramos capítulo algum que trate do emprego de *se*, restando ao leitor somente os exemplos – no mais das vezes inadequados – para que tente compreender o funcionamento dessa voz verbal.

<sup>18</sup> As Pombas, Raimundo Corrêa.

Quanto à voz média, nenhum dos manuais em análise a define. Encontramos, apenas, nas observações que M2 traz no final da seção sobre vozes verbais, a informação de que *aos verbos que não são ativos nem passivos ou reflexivos, alguns gramáticos chamam neutros*, os quais exemplifica com as orações *o vinho é bom* e *aqui chove muito*.

## 1.2. A Coerência dos Exemplos

### 1.2.1. Voz Ativa

Em (17), temos o único exemplo dado por M1 para a voz ativa, o qual apresenta uma estrutura mais complexa do que apenas a de ativa.

(17) *Os nômades atravessam o deserto montados em seus cavalos.*

A sentença em (17) apresenta, na verdade, um VP composto de um VTD e de um AP, o que pode levar os alunos a acreditarem que, pela presença do particípio de *montar*, a oração é passiva, e não ativa. Se observarmos a representação dessa oração, em (18), perceberemos as relações dentro do VP.

(18)  $[_{IP}[_{NP}Os\ nômades]_{[I} +T+Agr[_{V}\ atravessam\ [_{NP}o\ deserto]_{[AP[_{A}\ montados]_{[PP[_{p}em\ [_{NP}\ seus\ cavalos]]]]]]]$

Na GT, essa estrutura, assim como a de (10), é classificada como predicado verbo-nominal. Há, inclusive, a indicação para que se perceba a ligação de duas orações – uma com predicado verbal e outra com predicado nominal – na formação do predicado verbo-nominal. Assim, teríamos *os nômades atravessam o deserto* e *os nômades estão montados em seus cavalos*, o que caracterizaria um problema para análise.

Alguém poderia contestar essa classificação, indicando *montados em seus cavalos* como um adjunto adverbial de modo, ainda através da GT, mas isso não alteraria o fato de que tal estrutura é complexa e não encerra apenas um caso de ativa. *Montados em seus cavalos*, nesse caso, seria uma oração subordinada adverbial reduzida (de particípio) de modo, se houvesse tal designação na NGB. O que está posto aqui é a complexidade da estrutura, uma vez que apenas *os nômades atravessam o deserto* pertence à voz ativa.

Em M2, há três exemplos para a voz ativa; dois deles contemplam a presença de um verbo agentivo – agente, ação, paciente –; um (19), porém, apresenta sujeito que não é agente.

(19) *O vento agitava as águas.*

Nesse caso, de acordo com o Critério- $\theta$ , *o vento* é fonte, e não agente. Então, apesar de *agitar* ser um verbo de ação, segundo a GT, e de subcategorizar um argumento externo e um interno, (19) não caracteriza um caso de ativa. Antes, de acordo com a classificação dada por KEMMER (1993), *agitar* é um verbo que indica um evento espontâneo, ou seja, processo físico que ocorre sem a direta intervenção de um agente humano. Temos, mais uma vez, um caso de voz média. A estrutura argumental de *agitar* está representada em (20):

(20) *agitar*, V +NP [\_\_\_ NP]  
(Fo<sup>19</sup>, Exp<sup>20</sup>)

Já, em M3, o único exemplo dado obedece ao Critério- $\theta$  e ao Princípio da Projeção, pois apresenta um verbo de ação que subcategoriza um argumento externo agente e um interno paciente. Tal verbo é, inclusive, utilizado nos exemplos de passiva e de reflexiva, o que indica que não houve aprofundamento nos conceitos e nas exemplificações. Aliás, esse manual trabalha basicamente com literatura e acrescenta, ao final, um capítulo que chama de Apêndice Gramatical, no qual se encontram, de forma resumida, as regras da GT. No entanto, é melhor um exemplo eficiente do que vários com problemas. Em (21), apresentamos o exemplo dado por M3:

(21) *Bernardo feriu o colega.*

A estrutura argumental de *ferir* é representada em (22):

(22) *ferir*, V +NP [\_\_\_ NP]  
(Ag, Pac)

M4 traz dois exemplos de voz ativa, um deles com o verbo *ferir*, o mesmo de M3, o que, portanto, dispensa comentários, e outro com o verbo *ver*. Mais uma vez, temos um caso de verbo que não indica ação, mas um evento

---

<sup>19</sup> Fonte

<sup>20</sup> Experienciador

mental. KEMMER (1993) o inclui naqueles de percepção em que o experienciador é concebido e marcado como o iniciador. Em (23), apresentamos a sentença com *ver* dada por M4.

(23) *Não vejo rosas neste jardim.*

O NP *eu*, que está elíptico, não é agente porque *ver* não implica movimento, e o NP *rosas* não é paciente, mas tema. Observemos como o Critério- $\theta$  esclarece situações que, se apoiadas apenas na GT, pareceriam muito complicadas e difíceis de explicar. Assim, tal sentença não cabe como um exemplo de voz ativa.

### 1.2.2. Voz Passiva

M1 apresenta dois exemplos para a voz passiva que contemplam as condições de passivização já descritas neste trabalho. As sentenças são *a maçã foi devorada pela criança faminta*, para voz passiva analítica, e *procuram-se operários especializados*, para a passiva pronominal. Apesar dos problemas nos conceitos das vozes ativa e passiva e em um dos exemplos dados para agente da passiva, descritos na seção 1.1.2, esse manual não peca na exemplificação das passivas.

M2, no entanto, continua utilizando verbos que correspondem à voz média, e não à passiva. Apresenta oito sentenças indicadas como passiva, mas três delas não pertencem a essa voz verbal. Uma delas é a transformação da frase com *agitar* (19), considerada ativa pelo manual: *as águas eram agitadas pelo vento*. Nesse caso, o NP *as águas* é experienciador, e o PP *pelo vento* é a fonte, ou seja, não temos sujeito paciente nem agente da passiva. O exemplo, portanto, é inadequado.

O segundo caso é o da sentença *o homem é afligido pelas doenças*, em que, mais uma vez, o NP *o homem* não é paciente, mas experienciador, e o PP *pelas doenças* não é agente, mas fonte. A justificativa para essa análise encontra-se no fato de que *afligir* se insere no domínio dos *emotion verbs* (KEMMER, 1993), em que o experienciador está mais envolvido em uma atividade emocional ou estado do que em simples atividades de pensamento ou percepção. Além disso, essas emoções são frequentemente acompanhadas de mudanças na expressão facial e nos processos físicos, o que pode ser aplicado ao efeito das doenças no ser humano. Assim, *o homem é afligido pelas doenças* não é um caso de passiva, mas de voz média.

O terceiro exemplo inadequado é com o verbo *ver*, cuja utilização já foi descrita a partir de (23), em 1.2.1. A sentença apresentada por M2 está transcrita em (24).

(24) *Dos conveses dos navios seriam vistas torres de petróleo em todo o litoral.*

Neste exemplo, diferentemente de em (23), temos um experienciador indeterminado, já que não há uma *by-phrase* indicando por quem seriam vistas as torres, embora se suponha que pelas pessoas dos navios. A inadequação, no entanto, está no fato de *ver* ser um verbo de percepção, e não de ação, o que o descaracteriza como gerador de passiva.

M4 transforma, com algumas modificações, as frases que deu como voz ativa naquilo que chama de passiva. Em (25), transcrevemos essas sentenças:

- (25) a. *Pedro foi ferido por João.*  
b. *Não se vê (=é vista) uma rosa no jardim.*  
c. *Não se vêem (=são vistas) rosas no jardim.*

Obviamente, consideraremos (25 a) um exemplo de passiva, uma vez que obedece ao que preceituam o Critério- $\theta$  e o Princípio da Projeção. Já (85 b, c) não podem ser aceitas como passiva porque, mais uma vez, a utilização de um verbo de percepção inviabiliza essa classificação. Então, dos três exemplos trazidos por M4, apenas um é válido, o que, naturalmente, será traduzido em problemas na sala de aula.

### 1.2.3. Voz Reflexiva

Apesar de os exemplos de voz ativa e de passiva contidos nos manuais em análise apresentarem uma série de problemas, é nos de voz reflexiva que encontraremos as maiores inconsistências e o maior número de casos de voz média. Em (26) discriminaremos algumas dessas orações que não pertencem à voz reflexiva, indicando, entre parênteses, a que manual pertencem, e as analisaremos em bloco, visto que as situações são semelhantes.

- (26) a. *Depois das denúncias de corrupção, o governador demitiu-se de suas funções.* (M1)  
b. *A menina penteou-se.* (M2)  
c. *Consideras-te aprovado?* (M2)  
d. *Fazia meses que não se viam.* (M2)  
e. *Se você está doente, trate-se.* (M2)  
f. *Classes sociais arrogam-se (a si mesmas) direitos que a lei lhes nega.* (M2)  
g. *Os nossos olhos muito perto, imensos/ No desespero desse abraço mudo,/ Confessaram-se tudo.* (M4)

Em M1, encontramos apenas um exemplo para voz reflexiva, já em M2 e M4, especialmente em M2, as frases dadas como reflexivas são várias e a maioria tem problemas<sup>21</sup>. Escolhemos apenas algumas delas porque os casos se repetem, sendo desnecessário, portanto, analisá-los individualmente.

As orações de (26) podem ser reunidas de acordo com o grupo a que pertencem os verbos nelas empregados. Para efeito de organização e para evitar repetição de informações e conceitos, elas serão agrupadas conforme a denominação dada por KEMMER (1993)<sup>22</sup>, em (27):

- (27) a. verbos de discurso
- b. verbos de cuidados corporais
- c. verbos de conhecimento/cognição
- d. verbos de reciprocidade
- e. verbos de benefício próprio

Todos esses tipos pertencem aos *mental events*, que pressupõem não um agente, mas um experienciador. Em (27a), incluiremos os verbos *demitir-se* e *arrogar-se*, de (26a, f), porque o tipo de ação que designam não é especificamente a fala, mas um processo mental que a envolve. Dessa forma, o seu NP sujeito é afetado pelo que eles expressam, contrariando, portanto, o conceito de que, na voz reflexiva, o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente.

*Pentear-se*, em (26b), pertence ao grupo dos verbos que dizem respeito aos cuidados corporais, em que a situação por eles representada não extrapola o corpo do indivíduo; parte dele e fica nele. São normalmente tratados como reflexivos, mas não o são: semanticamente indicam reflexividade, mas sintaticamente não. KEMMER (1993, p.46) bem explica essa relação:

Experienciadores em eventos mentais são como Agentes em certo aspecto (...) Línguas muitas vezes não distinguem entre os dois propósitos da marca reflexiva. Eventos mentais de dois participantes como 'ver' (percepção) e 'amar' (emoção), de fato, freqüentemente tornam-se, nas gramáticas, exemplos básicos de como formar uma construção reflexiva.

O que se percebe é uma interface sintaxe-semântica, que é ignorada nos manuais aqui analisados. Provavelmente seja essa a causa de tantos exemplos inadequados.

Em (26c), encontramos um dos verbos denominados por KEMMER (1993) de conhecimento/cognição – *considerar-se* –, que também não redundará em voz reflexiva. Designa apenas o processo do pensamento, sem que haja qualquer ação ligada a ele. *Ver-se*, em (26 d), e *tratar-se* (26 e), indicam, respectivamente, reciprocidade e benefício próprio e, embora representem um contexto semântico de reflexividade, como os demais aqui analisados, não são sintaticamente reflexivos. Então, aquilo que M2 considera uma variante, com o exemplo de (27 d), é, na verdade, um caso de voz média.

*Confessar-se*, em (26g), apesar de pertencer aos verbos do discurso, será incluído nos de reciprocidade, porque a oração em que está aceita a substituição por *um ao outro*, o que garante a reciprocidade, mas não reflexividade. Os verbos do discurso indicam mais uma intenção do que uma ação, e isso não gera voz reflexiva.

Todas as sentenças de (26), portanto, não são exemplos de voz reflexiva, mas de voz média, e o pronome oblíquo que carregam é apenas um anafórico, como podemos observar na derivação de (26a, f), por exemplo:

- (28) a. [IP<sub>[NP o governador]<sub>i</sub>]<sub>[Γ +T+Agr]</sub>[VP<sub>[V demitiu]<sub>[NP se<sub>i</sub>]]]]]</sub></sub></sub>
- b. [IP<sub>[NP classes sociais]<sub>i</sub>]<sub>[Γ +T+Agr]</sub>[VP<sub>[V arrogam]<sub>[NP se<sub>i</sub>]]]]]</sub></sub></sub>

Como o *se* está na mesma oração de seu antecedente, a coindexação indica a anáfora, obedecendo ao Princípio A da Teoria da Ligação. Os NPs *o governador* e *classes sociais* são os sujeitos de (29 a,b), respectivamente, porque a Infl [+Agr] rege Caso Nominativo; não exercem, porém, pelas razões que já explicamos anteriormente, o papel-θ de Agente. As evidências aqui apresentadas indicam que o PB é uma língua também dotada de Voz Média e que a desconsideração de sua existência acaba prejudicando a forma como nossas gramáticas tratam das vozes verbais.

## CONCLUSÃO

A partir dos dados que coletamos e da análise que fizemos, chegamos a algumas conclusões que tanto podem ser negativas quanto alvissareiras. Porém, tanto umas como outras nos dão a certeza de que é possível explicar fenômenos linguísticos aparentemente inexplicáveis através da utilização de uma teoria que os fundamenta.

A GB e os estudos de KEMMER (1993) sobre voz média levaram-nos a duas conclusões que, para nós, são fundamentais em se tratando do ensino da língua materna: 1) o número de exemplos inadequados para as vozes verbais,

<sup>21</sup> Algumas foram retiradas dos exemplos dados para o emprego do *se* como reflexivo.

<sup>22</sup> Em inglês, são denominados, respectivamente, *emotive speech actions*, *grooming verbs*, *cognition verb*, *naturally reciprocal events* e *self-benefactive verbs*.

especialmente para a reflexiva, nos manuais analisados deriva do fato de que não há distinção entre *contexto reflexivo* e *reflexividade*, e 2) o reconhecimento da existência da voz média também no PB auxiliaria, em muito, a análise das construções ativas e passivas.

A partir dessas conclusões, sugerimos que o estudo das vozes verbais seja feito com base em uma teoria linguística, como aqui o fizemos com a GB, e que os cursos de graduação em letras forneçam a seus alunos os conceitos pertinentes a essa(s) teoria(s), o que lhes dará suporte para que possam analisar com critério os manuais que utilizarão em suas salas de aula quando estiverem formados. Sem um aporte teórico, dificilmente haverá discernimento no ensino da língua materna, e a tendência será a perpetuação dos equívocos relatados por nós nesta comunicação.

Quando afirmamos, no primeiro parágrafo, que as conclusões a que chegamos poderiam ser tanto negativas quanto alvissareiras, referíamo-nos ao fato de que a presença de tantos exemplos inadequados nos manuais analisados é negativa, mas aponta-nos o caminho para uma nova pesquisa, qual seja a de comprovar a existência da voz média também no PB, incorporando-a definitivamente aos nossos manuais de ensino. Se, no entanto, não houver a aceitação de sua existência ou de sua incorporação ao estudo da língua materna, é necessário que se revisem os conceitos de vozes verbais até aqui disseminados em nossas gramáticas.

## REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, N. On binding. *Linguistic Inquiry*, 1980.  
\_\_\_\_\_. Lectures on Government and Binding, Foris, Dordrecht, 1981.  
\_\_\_\_\_. Language and problems of knowledge. *The Managua Lectures*, Cambridge: MIT Press, 1988.  
HAEGEMAN, L. Introduction to government and binding theory. 2. ed., Oxford: Blackwell, 1994.  
KEMMER, S. The middle voice. *John Benjamins, Amsterdam, (Typological studies in language, 23)*, 1993.  
MATTOSO CÂMARA JR., J. Dicionário de linguística e gramática. Petrópolis, RJ : Vozes, 1977.  
RAPOSO, E. P. Teoria da gramática. A faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

## OBRAS ANALISADAS:

- ABAURRE, M. L.; PONTARA, M. N.; FADEL, T. *Português: Língua e Literatura*. São Paulo: Moderna, 2000.  
CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 41 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1998.  
CUNHA, Celso. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.  
FARACO, C.E.; MOURA, F.M. *Português série Brasil*. 1 ed. São Paulo : Ática, 2004.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.